

DOMINGO — 27 DE OUTUBRO DE 1985

ASSIS MOREIRA

O "pacote" ou programa financeiro para 1986, a ser anunciado em novembro, deverá assegurar os gastos sociais do governo, previstos para crescer 55% em termos reais, e reduzir as disparidades de renda. Para isso, autoridades econômicas tentam combinar no "pacote" a redução de taxas de juros, cortes nos gastos públicos, aumento da receita tributária, tarifas realistas de preços cobrados pelas empresas governamentais e aceleração da privatização de empresas estatais.

Mas essas fontes de financiamento são extremamente limitadas. A luta dos ministérios do Planejamento e da Fazenda é tentar superar essas barreiras de financiamento que o setor público enfrenta. O plano de metas de Juscelino Kubitschek, de 1955 a 61, foi financiado com recursos orçamentários. De 1962 a 67, houve crise, os investimentos públicos declinaram e, em consequência, a necessidade de financiamento. De 1968 a 74, época do "milagre econômico", houve a geração interna de recursos via política tarifária. E até 1981, os investimentos privados caíram mas os públicos cresceram, financiados com recursos externos, afinal estancados em 82.

Agora, o governo de Sarney debate-se entre o FMI, que insiste num ajustamento mais veloz, e suas promessas de prioridade social. Trata-se de assegurar crescimento de 6% da economia, para gerar pelo menos 1,3 milhão de empregos, sem permitir que a inflação estoure. E a inflação continua a ser uma das grandes preocupações para o ano que vem, mesmo porque ela repete o índice de 220% de 1984 graças a artificiosos.

O "pacote" adotará medidas que possibilitem mais redução nas taxas de juros internas. O ministro do Planejamento, João Sayad, defende uma taxa de juros interna apenas um pouco superior à taxa internacional. Com isso, abre-se mais espaço para a retomada do investimento privado e reduz-se a necessidade de financiamento governamental. O déficit de Cr\$ 211 trilhões já está sendo revisado, nesse contexto. O governo calculou seus encargos com taxa de juros de 18,5%. A Seplan acredita num patamar inferior aos 16% atuais. Até a mudança de equipe na Fazenda, diz a Seplan, a taxa de juros ficava ao redor de 21,5%.

Sayad anuncia que o conjunto de medidas de novembro permite prever um comportamento favorável da dívida mobiliária. A colocação líquida de títulos públicos não deve passar dos Cr\$ 40 trilhões, não crescendo em termos reais. Será compatível com um crescimento de 6% da economia. A previsão para o total da dívida pública, de acordo com outro assessor governamental: Cr\$ 640 trilhões.

A emissão de moeda, também para financiar o déficit público, oscilará entre Cr\$ 50 e 60 trilhões, apresentando uma "leve" expansão em relação à inflação, estimada em 160% durante o ano e 140% em dezembro de 1986.

ESTATAIS

Sayad confirma que o governo espera obter pelo menos Cr\$ 10 trilhões com a venda de ações de empresas estatais. Diz que não está na ordem do dia qualquer preocupação com colocação de venda de ação no Exterior, medida que teria admitido em passado recente. Quanto ao saneamento financeiro das empresas estatais, não há mágica: consistirá basicamente na transferência de par-

cela da dívida dessas empresas para a responsabilidade do Tesouro Nacional. Mas há outra novidade: no caso dos setores elétrico e siderúrgico, responsáveis por 75% do endividamento total das empresas governamentais, estuda-se uma forma de concentrar todas suas dívidas numa única empresa de cada setor. Essa empresa sozinha afundaria, salvando as outras.

As estatais deverão contribuir para a redução do déficit público, ao contrário de passado recente. Essa é a expectativa. Estima-se um investimento de Cr\$ 150 trilhões contra Cr\$ 47 trilhões este ano. E um superávit de Cr\$ 10 trilhões contra déficit operacional de Cr\$ 5 trilhões estimados para este ano.

TARIFAS E SUBSÍDIOS

A política tarifária, dita realista, deverá acompanhar a inflação. Nos casos das tarifas dos setores elétrico e siderúrgico, haverá uma recomposição, mesmo porque o Banco Mundial insiste em só repassar recursos para esses setores se eles assegurarem uma taxa de retorno que cubra o investimento.

O subsídio ao trigo, que pulou de 15% no começo do ano para 60% nos tempos atuais, deverá ser pelo menos estancado. É outra preocupação governamental, porque é um produto básico de praticamente todas as classes sociais. O subsídio ao açúcar e álcool também será reexaminado.

Está definido, por outro lado, que o crédito rural para o Nordeste, hoje fixado em 35% contra uma inflação de 220%, será aumentado.

IMPOSTOS E IMPORTAÇÕES

Sayad reitera o compromisso de Funaro, de que assalariados e classe média não serão atingidos pelo aumento de impostos. Na verdade, o governo acena com recomposição da receita, porque hoje a relação entre arrecadação e PIB é decrescente e regressiva. Implica tributação excessiva sobre os rendimentos de trabalho em relação aos de capital, vaziamento expressivo entre as frações ricas, e não tributação da riqueza. Para 86, acredita-se em recuperação de pelo menos Cr\$ 15 trilhões no combate à sonegação. Deverá vir também revisão de incentivos fiscais, isenções, abatimentos e deduções cedulares.

Este ano, as importações declinarão cerca de 10% em relação a 84, que já apresentaram queda. Promete o governo que em 1986 haverá crescimento das importações, sobretudo de bens de capital.

GASTOS E DÉFICIT

Sayad promete uma grande reorientação de gastos e racionalização da máquina estatal. O governo gasta hoje 1/3 de sua receita com pessoal. Haverá "estímulos" à saída de funcionários. Mas não demissões. Sayad também diz que outros cortes serão seletivos.

Finalmente, o déficit público. Hoje ele representa 2,5% do PIB e não mais 1,7% como era anunciado. O FMI quer vê-lo eliminado ano que vem, e essa é a causa maior da discordância para um novo acordo. Cálculos recentes indicam, de qualquer forma, que o déficit será inferior aos Cr\$ 211 trilhões projetados para 1986. Ele será parcialmente coberto com receita tributária de Cr\$ 40 trilhões, cortes de gastos e ganhos nos juros em Cr\$ 20 trilhões, emissão monetária de Cr\$ 60 trilhões, Cr\$ 40 trilhões de colocação líquida de títulos, e superávit das estatais em Cr\$ 10 trilhões.

Se nada der certo, o governo volta a fazer novo pacote, em breve.

(Brasília — Ag. Estado)